

## **Crianças Institucionalizadas: um olhar sobre vínculos e seu desenvolvimento psicossocial.**

Júlia Neves Peiter

**Resumo:** O presente trabalho se deu ao observarmos o número de crianças em situação de abrigo institucional, onde muita dessas crianças permanecem nessas instituições de acolhimento por longos períodos. A partir de uma revisão na literatura, foi feito um estudo sobre o desenvolvimento infantil a partir de autores como Winnicott, Bowlby, Spitz e Wallon a fim de constatar os impactos da privação do contato afetivo no desenvolvimento emocional e psíquico do sujeito. O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza que pessoas menores de 18 anos são sujeitos de direitos, sendo dever do Estado, da sociedade e da família garanti-los, Por isso as instituições que acolhem crianças e adolescentes deve seguir "Orientações Técnicas", com o fim de garantir um espaço saudável para o desenvolvimento, observamos que dentre essas orientações é colocado que a casa deve oferecer um ambiente acolhedor. Destacamos então, o papel das cuidadoras da casa para a acolhida das crianças, de forma a proporcionar segurança para que a criança possa se desenvolver. Como também trazemos o papel da psicologia para além do atendimento com as crianças institucionalizadas mas com a equipe do local, como é visto na clínica ampliada, a intervenção se dá com referência no sujeito atuando também no ambiente em que este está.

**Palavras-chave:** instituição de acolhimento; crianças; Estatuto; clínica ampliada.

### *Introdução*

Atualmente no Brasil há em torno de 30 mil crianças abrigadas (CNJ, 2020), ou seja, sob a tutela do Estado morando em instituições de acolhimentos. Para algumas crianças essa estadia se dará de forma temporária, até que possa retornar à sua família de origem ou encaminhada para família substituta. Entretanto, em muitos casos esse processo é complexo e longo, chegando a levar anos. Enquanto isso, quem será responsável pelos cuidados e desenvolvimento das crianças será a equipe da casa lar, e principalmente as cuidadoras que estarão diariamente em contato com as crianças. Por conta disso, vê-se a importância de trabalhar os vínculos construídos nessas relações considerando a importância do contato afetivo para o desenvolvimento emocional da criança (Winnicott, 2000). Winnicott que trabalhou com crianças afastadas de seus pais no período da segunda guerra afirma a complexidade do processo de luto de estar longe dos pais, luto que terá que acontecer, e de certa, forma ser amparado pelas cuidadoras do local e equipe da casa (Peiter, 2010).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil, aprovado em Julho de 1990, o qual funciona como Lei Federal constituída pelo nº 8069, que resguarda os direitos fundamentais da criança e do adolescente e descreve que a colocação de crianças em instituições de acolhimento é uma medida excepcional e temporária, visando assistir e acolher crianças e adolescentes que por algum motivo, tiveram que ser retiradas de suas famílias ou a mesma encontra-se ausente, a fim de garantir a elas condições de estabilidade e que seus direitos sejam assegurados (Alvarenga & Bittencourt, 2013).

Visto que em diversos casos a estadia da criança e do adolescentes pode permanecer por longos períodos até casos que vão até a chegada da maioridade e a instituição tem a responsabilidade de assegurar o desenvolvimento saudável da criança, esta torna-se responsável pela constituição e construção da subjetividade da criança privada do convívio familiar. Este trabalho tem como objetivo, a partir da literatura, entender como acontece o desenvolvimento da

criança na relações e quais os impactos da institucionalização nesse desenvolvimento. Partindo da premissa sobre a importância da vinculação das crianças institucionalizadas com as cuidadoras da mesma instituição, serão elencados autores que estudam sobre o desenvolvimento infantil e os aspectos afetivos e emocionais que estão envolvidos.

### *Desenvolvimento*

#### *O Estatuto da Criança e do Adolescente*

No início do século XX, as instituições de concentravam no atendimento de menores recolhidos e na década de 20 foi criado o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores, e por conseguinte, o Código de Menores em 1927, o qual tratava das questões de delinquência e de higiene e estabelecia a vigilância pública sobre a infância (Diniz, Assis e Sousa, 2018).

1979, a Organização das Nações Unidas (ONU), indicou como sendo o Ano Internacional da Criança, com o objetivo de chamar atenção às questões que tocam as crianças por todo mundo, aumentando as pesquisas brasileiras nesta etapa da vida (Diniz, Assis e Sousa, 2018).

Até 1980 era utilizada a expressão "internato de crianças" para todos os locais com confinamento provisório ou permanente para crianças e adolescentes órfãos, carentes ou delinquentes. Neste ano começou-se a questionar a eficácia das formas que as crianças era tratadas no país, surgindo o aumento de debates a respeito da internação de crianças (Diniz, Assis e Sousa, 2018).

Foi em 1990 que se incluiu os direitos das crianças e adolescentes na Constituição Federal. Através da Lei nº 8.069 que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), o qual, ao contrário do Código de Menores que possuía caráter punitivo e estigmatizante, afirma que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e dispõe sobre a proteção integral destes, sendo dever do tripé: Estado, Sociedade e Família, a garantia desses direitos e prevê que se violados esses direitos, poderão ser aplicadas medidas protetivas (Diniz, Assis e Sousa, 2018).

O Estatuto determina que a legislação segue os princípios da Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente. O artigo 227 da Constituição Federal determina que é dever do tripé assegurar aos jovens, com absoluta prioridade, o direito à vida, à liberdade, à alimentação, à educação e lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão. Essa base doutrinária buscou que crianças e adolescentes deixassem de ser tratados como objetos passivos, para serem reconhecidos como titulares de Direitos Fundamentais (Vieira, 2013).

### *Sobre as instituições*

O ECA regulamenta o abrigo com a sétima medida protetiva como forma de assegurar os direitos de desenvolvimento integral das crianças e adolescentes em situações de ameaças e violação (Diniz, Assis e Sousa, 2018).

As "Orientações Técnicas" preconiza as características físicas das instituições de abrigo, dentre as orientações está que não haja placas que indiquem a natureza institucional, que esteja inserida em áreas residenciais com aspecto semelhante ao de uma residência, e que ofereça um ambiente acolhedor e condições institucionais para atendimento justo e personalizado (Diniz, Assis e Sousa, 2018).

O Estatuto ainda define características para essas instituições, onde deve-se garantir a liberdade, o atendimento singularizado e que ocorra em pequenos grupos, onde privilegia-se ações municipalizadas e descentralizadas (Salina-Brandão & Williams, 2009). Esses autores apontam que "o abrigo pode tanto facilitar o desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados quanto familiar, dependendo da presença ou ausência de fatores de proteção na entidade". Entre esses estão o conhecimento por parte dos funcionários da instituição sobre o objetivo da mesma; a composição da equipe que abranja uma multidisciplinaridade e que acompanhe os princípios do ECA; pouca rotatividade dos funcionários do local e que esses entendam a relação do seu trabalho com as demais pessoas do local, o trabalho em equipe das pessoas que compõe a mesma e que proporcione a organização da rotina do local, além de atividades que incentivem a participação das crianças e adolescentes em atividades fora da instituição como oferecimento de oportunidade para a profissionalização dos adolescentes, práticas educativas positivas para as crianças, adolescentes e funcionários; registro dos momentos vividos pelos abrigados na instituição; ações de preservação de vínculos familiares e a qualidade do espaço físico (Salina-Brandão & Williams, 2009).

Essas instituições buscam promover a articulação com a rede de assistência portanto, a instituição exerce importante integrante da rede de apoio social e afetivo. Alvarenga e Bittencourt (2013) consideram a instituição de acolhimento como o local que pode oferecer um espaço para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes e se apresenta como uma boa alternativa para quando o ambiente familiar biológico se encontra desestruturante e caótico.

#### *Desenvolvimento infantil*

A infância é considerada uma das fases mais importantes para o desenvolvimento humano e tem um grande significado no desenvolvimento psicossocial da criança. Na primeira infância, o desenvolvimento cognitivo está intimamente relacionado com a afetividade e com a socialização, onde as relações sociais influenciam na formação do juízo moral e nos valores (Diniz, Assis e Souza, 2018).

O desenvolvimento infantil abrange aspectos distintos: aspectos sociais, cognitivos e afetivos, onde estes devem estar em equilíbrio para o desenvolvimento saudável. Wallon (1968) em seu estudo sobre o desenvolvimento da criança e a relação as condições orgânicas e sociais, afirma que o ser humano é geneticamente social, portanto sua interação com o meio está intimamente ligada com as funções afetivas, de motricidade e cognitivas.

Diniz, Assis e Souza (2018) ressaltam os aspectos sociais no desenvolvimento do funcionamento da criança onde:

"Ainda que ocorram distinções dos tipos de relações, sendo elas consanguíneas ou socioafetivas, o fato é que, em todos os grupos culturais, a experiência afetiva e o conhecimento adquirido por meio dela dependem do contexto sociocultural e econômico em que a criança se desenvolve. Nessa perspectiva, compreende-se que desde o primeiro ano de vida, as explorações realizadas pela criança no ambiente em que vive e as suas interações, principalmente as mãe-bebê, são fatores consideráveis no desenvolvimento do afeto, atenção, comunicação e funcionamento cognitivo mais amplo" (Diniz, Assis e Sousa, 2018, p.271).

Spitz (2004) em seu longo trabalho sobre o desenvolvimento da psique nos primeiros anos de vida fez um estudo sobre a carência afetiva do bebê, pelos conceitos de privação afetiva parcial e privação afetiva total, ele percebeu que bebês que recebiam os cuidados básicos de alimentação e higiene mas eram privados do contato afetivo dos cuidadores apresentavam sintomas característico de choro, retraimento, atrasos no desenvolvimento da personalidade e com o passar

do tempo podem desenvolver rigidez facial, recusa por contato, entre outros. O autor percebeu que o desenvolvimento afetivo e as trocas afetivas antecedem as demais funções psíquicas do bebê, que compactuava com a teoria de Piaget a respeito que as funções psíquicas se formam a partir das trocas afetivas. Podemos então perceber o quanto os afetos são importantes para a formação da personalidade e do sistema psíquico.

Winnicott, em sua teoria do desenvolvimento emocional, coloca que a criança não se constitui como uma unidade em si mesma, mas como uma unidade que corresponde na relação do indivíduo com o meio ambiente (Santos, 1999). Zimerman (2007) traz a importância da função da mãe conter o bebê pela função de holding, conceituada por Winnicott, ou continência denominada por Bion, como fundamental para a estruturação sadia da criança. O holding é a função de segurar o bebê, acolhendo, sustentando e contendo as angústias. Peiter (2010) apresenta o conceito winnicottiano de 'handling', o qual se dá pela implicação da figura materna na atividade de manejar o corpo do bebê de forma a proporcionar uma desenvoltura psicossomática. A autora afirma que "Como um dos importantes aspectos da função materna e de sua contrapartida no percurso da construção do self, este nos pareceu um recurso absolutamente necessário para o estabelecimento de garantias de não despedaçamento, neste momento de vida, marcado pelas separações e os novos vínculos."

Bolwby (1990) observou em seus estudos a relação dos distúrbios psiquiátricos na infância relacionados com a ausência da oportunidade de estabelecimentos de vínculos afetivos. O que demonstra a importância do estabelecimento de vínculos na infância para o desenvolvimento psíquico, onde crescer desprovido de afeto se mostra como uma vulnerabilidade.

#### *A relação da instituição com o desenvolvimento da criança e do adolescente*

Alvarenga e Bittencourt (2013) se baseiam em Winnicott quando o autor coloca que o ambiente suficientemente bom para o desenvolvimento da criança é aquele onde os cuidadores são capazes de proporcionar segurança e o que o autor chama de "continência" perante às possíveis crises e testes que a criança colocará. De forma a permitir que estes testes possam acontecer e consigam resistir e continuar estável mostrando que a criança não é tão destrutível quanto ela pensa. O conceito de holding colocado pelo autor exerce funções diferentes em cada momento da vida da criança, e este exerce função absoluta no processo de construção do sujeito de maneira a demonstrar segurança e afeto para a criança (Alvarenga e Bittencourt, 2013).

Quando as crianças são abrigadas, este local torna-se o seu novo lar e é onde a criança criará novos vínculos, tanto com as outras crianças que estão abrigadas quanto com os funcionários do local. Desta forma, essa instituição exercerá o papel de rede de apoio social e afetivo, que será uma base protetiva para a criança, contribuindo para o seu desenvolvimento socioafetivo (Diniz, Assis e Souza, 2018).

Visto que a criança precisa de laços afetivos com outros e que o cuidado maternal são fundamentais e indispensáveis para suprir suas necessidades socioafetivas, conseguimos entender as consequências do rompimento que a institucionalização provoca entre a criança e sua família de origem. Por isso, ressalta-se a importância de uma acolhida positiva no momento do abrigamento, onde os profissionais estejam preparados e entendam as necessidades da criança, respeitando suas individualidades, oferecendo formas que a criança se sinta segura. Por meio de oferecer a possibilidade de criação e estabelecimento de vínculos afetivos, das condições físicas da instituição, que devem ser condizentes com a idade das crianças, da alimentação oferecida, por meio do trabalho articulado com a relação com a rede de apoio para além da instituição, com o

contexto escolar que auxiliem a criança a criar novas relações saudáveis e facilite sua adaptação ao novo ambiente (Diniz, Assis e Souza, 2018).

Visto isso, percebemos que a figura da cuidadora do abrigo é de grande importância, pois será um dos seus primeiros contatos e mais frequentes dentro da instituição, e este funcionará como um mediador da criança na relação com as outras e com o que está ao seu redor. A cuidadora será quem poderá oferecer um acolhimento humano diante do seu luto da separação da criança de sua família. Se a cuidadora não conseguir transmitir o sentimento de segurança, a mesma não conseguirá compreender as manifestações de cada criança (Diniz, Assis e Souza, 2018).

Bowlby (2002) demonstra que se o cuidador não consegue oferecer os cuidados que ela demanda, a criança poderá vivenciar sentimentos de angústia, culpa ou altas exigências de demonstração de carinho, além de que se a criança tem dúvidas se é "aceita" ou não pelo cuidador, o desenvolvimento de sua auto confiança fica comprometida por não conseguir formar uma auto imagem positiva frente à figura que tem responsabilidades constantes com seu cuidado.

Desta forma o psicólogo tem um papel importantíssimo nas instituições de abrigamento. Para além do seu trabalho com as crianças que estão lá. O psicólogo pode promover orientações à equipe e em específico demonstra a importância do trabalho das cuidadoras no desenvolvimento da criança e um olhar sobre os diferentes aspectos que afetam a constituição do sujeito.

A clínica ampliada parte da perspectiva psicossocial, onde visa a saúde do sujeito considerando suas relações sociais, onde procura-se reforçar os vínculos com a rede de apoio social. Desta forma, esse dispositivo visa para além do atendimento clínico tradicional com o indivíduo, a clínica ampliada busca entender e atuar no contexto que o sujeito está (Alves e Francisco 2009). Esses mesmos autores colocam que a clínica ampliada nos serviços de saúde, consideram os atores sociais como agentes do fazer cotidiano, por isso, partem do usuário como referência e procura-se fortalecer, pelo trabalho multidisciplinar e multiprofissional, as relações do território onde os fazeres se constroem.

A partir do olhar clínico, o psicólogo favorece que os sujeitos consigam expressar os seus sentimentos em relação ao abrigamento, tanto as crianças que passam por uma abrupta ruptura, quanto as cuidadoras que muitas vezes sentem-se impotentes frente aos sentimentos que surgem em relação às crianças e não sabem como lidar com o luto vivenciado pelas crianças acolhidas.

### *Conclusão*

Este trabalho teve como objetivo, pelo entendimento de como se dá o desenvolvimento infantil, destacar a importância do psicólogo nas instituições de acolhimento para que este, observando os impactos da institucionalização das crianças, possa fazer sua intervenção, além de com a própria criança, com toda a equipe no acolhimento dessa.

Autores como Bowlby, Winnicott, Spitz, Wallon, em seus estudos, observaram que a vinculação afetiva tem um grande impacto no desenvolvimento psíquico das crianças. E a partir disso, encontramos na literatura autores que trazem que no caso de crianças que foram separadas das suas famílias, necessitam de um ambiente acolhedor, onde inclui a constituição da equipe e em específico a relação das cuidadoras das casas de acolhimento, as quais serão as principais referências de cuidado das crianças durante sua permanência na instituição.

Destacamos portanto, a necessidade de preparar essas profissionais para o acolhimento e sua relação com as crianças, para que seja possível oferecer um espaço onde estas possam se desenvolver de forma saudável quando a casa da sua própria família não poder oferecer essa segurança.

### Referências

- Alvarenga, L. L. & Bittencourt, M. I. G. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. Porto Alegre: Pensando Famílias. 17(1) 41-53.
- Alves, E. S. & Francisco, A. L. (2009) Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial. Brasília: Psicologia: ciência e profissão. 29(4).
- Bowlby, J. (1990). Formação e rompimento dos laços afetivos. São Paulo: Martins Fontes. 2 ed.
- Bowlby, J. (2002). Cuidados maternos e saúde mental. São Paulo: Martins Fontes. 4° ed.
- CNJ, (2020). SNA detalha estatísticas da adoção e do acolhimento no Brasil (disponível em: <https://www.cnj.jus.br/estatisticas-da-adocao-e-do-acolhimento-no-brasil-sna/> acessado em 25/10/2020 )
- Diniz, I. A., Assis, M. O. & Souza, M. F. S. (2018). Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo.. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas. 3(5).
- Peiter, C. (2010). Fenômenos transicionais na apropriação da família adotiva. São Paulo: Boletim formação em psicanálise. v.18. 7-12.
- Salina-Brandão, A. & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: Avaliação institucional e indicadores de qualidade. Universidade Federal de São Carlos: Psicologia Reflexão e Crítica, 22(3).
- Santos, M. A. (1999). A constituição do mundo psíquico na concepção winnicottiana: uma contribuição à clínica das psicoses. Porto Alegre: Psicol. Reflex. Crit. 12(3).
- Spitz, R. A. (2004). O primeiro ano de vida. 3° ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Vieira, C. M. C. A. (2013). Crianças encarceradas - a proteção integral da criança na execução penal feminina da pena privativa de liberdade. Tese de doutorado Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Wallon, H. (1968). A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes. [E- Book]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B3GQrRvm4KXOSmUwZ18wRU3YWc/view>>. Acesso em: 27/10/2020.
- Winnicott, D. W. (2000). Desenvolvimento emocional primitivo. In D. W. Winnicott, Da pediatria à psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, (Original publicado em 1945). 218-232.
- Winnicott, D. W. (2014). A criança e o seu mundo. 6. ed. reimp. Rio de Janeiro: LTC. 270.
- Zimerman, D. E.(2007). Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica:uma abordagem didática. Porto Alegre : Artmed.

